

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.588.764 - SP
(2019/0278139-9)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : ZEBRA BRASIL EXPORTACAO LTDA
ADVOGADOS : RONALDO VASCONCELOS - SP220344
FREDERICO SABBAG ANDRADE GRILO - SP298328
AGRAVADO : GOLD GRAIN COMERCIO DE CEREAIS LTDA
ADVOGADO : VINICIUS MENDES E SILVA - SP241271

DECISÃO

Em virtude das razões expostas na petição de fls. 826-835, e-STJ, reconsidero a decisão de fls. 822-823, e-STJ, proferida pela Presidência desta Corte Superior. Passo à nova análise do agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

TÍTULOS DE CRÉDITO. Embargos à execução. Sentença de improcedência. Irresignação da parte embargante. Descabimento. Sentença suficientemente fundamentada. Nulidade inexistente. Contrato de participação financeira referente a exportação de soja, firmado pela parte embargante, prevendo o pagamento a terceiro, o qual cedeu o título de crédito à parte embargada. Título assinado pela representante legal da empresa. Inexistência de atuação com excesso de poderes. Previsão, no contrato social, de exigência de autorização dos sócios com maioria do capital social para a representante contrair obrigações em nome da empresa embargante que restou cumprida, ante a anuência do sócio americano em reunião via aplicativo "Skype", segundo prova testemunhal colhida. Contrato de participação financeira diverso, firmado com a empresa AFG, assinado na mesma data e também pela então diretora, que foi reconhecido como válido pela parte embargante, a qual ajuizou ação monitória para receber o crédito nele adquirido. Teoria da aparência aplicável ao caso em tela, tendo a diretora, regularmente nomeada, realizado negócio jurídico previsto pelo contrato social da empresa. Inexistência de condição no título exequendo. Inaplicabilidade da nulidade prevista pelo art. 618, III, do CPC/73, vigente à época de ajuizamento da ação executiva. Ausência de comprovação de que a cessão de crédito envolvendo o título '*sub judice*' configuraria simulação. Parte embargante que não possui legitimidade para pleitear anulação da cessão de crédito por suposta fraude contra credores. Vedação do art. 18 do CPC. Sentença mantida. Aplicação

do art. 252 do RITJSP. Honorários advocatícios majorados para o importe de 15% do valor do crédito, nos termos do artigo 85, § 11, do CPC. Recurso não provido.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados na origem.

Nas razões do especial, aponta a agravante violação dos artigos 443, 489 e 1.022 do Código de Processo Civil; 47 e 1.015 do Código Civil, alegando a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional com a rejeição dos embargos de declaração, sem suprimento das omissões relativas à ocorrência de conluio entre a exequente e uma empresa que deve à executada na mesma operação comercial, qual seja exportação de soja por dois navios para China; de que a finalidade social da agravante não autoriza o objeto do contrato ora executado, bem como das contradições nos depoimentos das testemunhas que presenciaram a pactuação que ora pretende desconstituir.

Argumenta que diante da não observância da boa-fé objetiva, a agravada colheu a assinatura de ex-empregada da agravante, celebrando a contratação de obrigações por pessoa sem poderes para representar a empresa, bem como extrapolando a finalidade social da executada, elementos que sequer foram questionados pela exequente na pactuação, apesar da larga experiência na área que atua, de modo que deve ser determinada a negativa da obrigação.

Da análise dos autos, observo que suas alegações de ofensa à lei federal não merecem prosperar.

Quanto à preliminar, não observo omissão no acórdão, senão julgamento contrário aos interesses da agravante, o que não autoriza, por si só, o acolhimento de embargos de declaração, nem sua rejeição importa em violação à sua norma de regência.

Esclareça-se que não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, para fins de convencimento e julgamento. Para tanto, basta o pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, o que se observa no presente caso, havendo fundamentação quanto à liquidez e exigibilidade do título extrajudicial, revelando que os motivos da decisão encontram-se objetivamente fixados nas razões do acórdão recorrido.

Com referência à regularidade da contratação e da responsabilidade dos litigantes, o Tribunal de origem, ao analisar as circunstâncias fáticas, contrato entabulado

e as provas carreadas aos autos, assim entendeu (fls. 723-726, e-STJ):

O título exequendo constitui-se em "*contrato de participação financeira*", assinado pela representante da empresa embargante à época, Sra. Keila Alves Franco, e pelo Sr. Flávio Henrique Almeida, beneficiário do título, bem como por duas testemunhas (fls.23/25).

Referido contrato estipulou sua validade a partir de 08/03/2013, presumindo-se ter sido firmado nesta data, ante a ausência de outra referência no título e impugnação pelas partes. O título previu que "*Zbel [empresa embargante] concorda em pagar à (sic) Flavio-Novogrão uma taxa mínima de USD 2,S/MT para todos os produtos agropecuários (grãos) exportados soja e USD 1,25/MT para todos os produtos agropecuários (grãos) exportados milho pela AFG. O pagamento será efetuado logo após o carregamento, por transferência bancária*" (fls.23).

Não restou comprovada a atuação da administradora Keila com excesso de poderes.

O termo de quitação firmado entre a embargante e a Sra. Keila, em 06/05/2014, consignou que cia "*foi eleita através do Instrumento de Constituição da sociedade ZBEL datado de 21 de fevereiro de 2013*" (fls.62), tendo a renúncia ocorrido apenas em 21/02/2013. Referido documento também previu plena e irretratável quitação entre a sociedade e a ex-diretora.

Além disso, o contrato social da empresa embargante expressamente nomeou a Sra. Keila Alves Franco para o cargo de Diretora (cláusula 6º, § 1º-fls.65). O parágrafo 5º da mesma cláusula prevê que "*a prática dos seguintes atos pelos diretores ou procuradores da Sociedade dependerá de autorização prévia por escrito dos sócios representando a maioria do capital da Sociedade, dentre os quais, (b) a celebração de contratos, acordos ou convênios, sejam escritos ou orais, que envolvam pagamento pela ou para a Sociedade ou outras responsabilidades*" (fls.65).

No caso, não obstante a inexistência de autorização por escrito, a testemunha Gabriel Paravela (fls.278/279), que inclusive assinou o título exequendo como testemunha do negócio jurídico, afirmou ter havido uma reunião para assinatura do contrato '*sub judice*', bem como do contrato de participação financeira com a empresa AFG e que, como era de praxe na empresa, o sócio americano, Sr. Jeffrey, por comunicação via '*Skype*', autorizou a assinatura de ambos os contratos, ciente de seus termos, inclusive de que metade do rendimento da participação realizada com a empresa AFG seria

destinada ao Sr. Flávio.

Corroborar a validade da atuação da ex-diretora o fato de o contrato firmado com a empresa AFG ter sido assinado também por ela, na mesma data (fls.35/37), sendo que o crédito oriundo de tal contrato foi exigido por meio da ação monitória movida pela parte ora embargante, de nº 1087820-80.2013.8.26.0100 (fls.38/61).

Portanto, afigura-se contraditória a conduta da embargante ao reconhecer a validade de um contrato e impugnar o título exequendo, ambos firmados pela mesma pessoa, representando a sociedade, na mesma data, com objetos muito próximos, quais sejam, a participação financeira na exportação de '*commodities*'.

Ressalte-se que a testemunha Gabriel Paravela informou que o contrato com a AFG foi firmado na mesma reunião em que assinado o título exequendo, com aval do sócio Jeffrey, sendo que não há, também em relação a este outro contrato, a autorização por escrito prevista no contrato social da parte embargante, o que comprova que a autorização verbal do sócio era praxe na realização de negócios da empresa.

Além disso, como bem destacou a r. sentença, a teoria da aparência é aplicável ao caso concreto, na medida em que a então diretora ocupava regularmente o cargo e o negócio entabulado está inserido no objeto social da parte embargante, constituído de "(i) a exportação e importação de grãos; (ii) a prestação de serviços de assessoria e consultoria para exportação de grãos; e (iii) a participação societária em outras Sociedades, como acionista e/ou sócia" (fls.63).

(...)

Além disso, o título exequendo não previu nenhuma condição para o pagamento dos valores devidos ao Sr. Flávio, inexistindo a nulidade prevista pelo art. 618, III, do CPC/73, vigente à época do ajuizamento da ação executiva.

Não subsiste a alegação de que a cessão de crédito realizada entre o Sr. Flávio e a exequente Gold Grain seria um negócio jurídico simulado, não se verificando a ocorrência de qualquer das hipóteses do art. 167, §1º, do CC.

A parte embargante não comprovou qual seria o interesse escuso do Sr. Flávio com a parte embargada ou qual o real objetivo pretendido com a alegada simulação. O documento de fls. 158/159, ademais, comprova relacionamento anterior do Sr. Flávio com a empresa Granoeste, antiga denominação da empresa embargada (fls. 140), o que também corrobora o entendimento de que a cessão de crédito entabulada configurou mera atividade negocial do ramo, em que o Sr.

Flávio figurava como "*corretor*" de compra e venda de sacas de soja. Afastam-se também as afirmações de que a cessão constituiria fraude contra credores, na medida em que a parte embargante não possui legitimidade para pleitear a anulação do negócio jurídico realizado, por não ser credora da parte embargada ou do Sr. Flávio, sendo que, de acordo com o artigo 18 do CPC, a ninguém é dado pleitear em nome próprio suposto direito alheio.

Com efeito, a revisão do entendimento acerca da responsabilidade dos litigantes e de demais questões factuais, ainda com base na interpretação de boa-fé na pactuação da obrigação, demandaria, necessariamente, o reexame do conjunto fático-probatório dos autos e dos contratos entabulados, o que é vedado, em sede de recurso especial, ante os óbices das Súmulas 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. MULTA RESCISÓRIA. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. VÍNCULO TRABALHISTA. INEXISTÊNCIA. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA COMUM. EXCESSO DE PODER. ASSINATURA DE CONTRATO. OBRIGAÇÃO ASSUMIDA. VALIDADE. TEORIA DA APARÊNCIA. PRINCÍPIO DA BOA-FÉ DE TERCEIRO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. (...)
2. Em razão do princípio da boa-fé de terceiro e da teoria da aparência, "o Superior Tribunal de Justiça tem considerado válidas as obrigações assumidas pelas pessoas jurídicas, relacionadas com seu objeto social, mesmo quando firmadas não exatamente por aqueles representantes designados pelos estatutos sociais" (AgRg no AREsp 161.495/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/08/2013, DJe 05/09/2013).
3. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem interpretação de cláusulas contratuais e revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmulas n. 5 e 7 do STJ).
4. No caso concreto, o Tribunal de origem, a partir do exame dos

Superior Tribunal de Justiça

elementos de prova e da interpretação das cláusulas contratuais, reconheceu a boa-fé do recorrido. Entender de modo contrário implicaria reexame de matéria fática e interpretação do ajuste celebrado, o que é vedado em recurso especial.

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 417.152/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 26/8/2019)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora